

5 JUN 1985

Governo confia em que a emenda será aprovada

BRASÍLIA — O Governo está absolutamente confiante na aprovação da emenda que propõe a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e não teme que eventuais divergências sobre pontos polêmicos como a reforma agrária ou ressentimentos com nomeações possam prejudicar a votação, pois entende que "nenhum parlamentar votaria contra uma aspiração consensual de toda a Nação".

A segurança do Presidente José Sarney quanto à aprovação da mensagem foi enfatizada ontem por dois líderes que participaram da reunião do Conselho Político — Fernando Henrique Cardoso e Humberto Lucena. Eles informaram também que o texto da proposta de Emenda Constitucional será curto e simples e praticamente só uma questão resta a decidir: a situação dos Senadores cuja mandato expira em 1990.

— A Constituinte é uma idéia que tem força muito grande

neste País. Ninguém terá coragem de se antepor a ela — afirmou Fernando Henrique.

— Ninguém votará contra a exigência imperiosa da Nação brasileira para acabar com a Carta outorgada. Numa questão como esta, de alto interesse público, acho muito difícil que qualquer parlamentar se exponha a tentar uma barganha política — disse Humberto Lucena.

O texto da emenda deverá estabelecer o prazo — presumivelmente de um ano — em que os Senadores e Deputados eleitos a 15 de novembro de 1986 terão poderes constituintes. Afirmará também a continuidade do trabalho do Congresso Nacional durante esse período, pois o Presidente Sarney rejeita terminantemente a idéia de legislar por decreto-lei. Deverá deixar à própria Constituinte, entretanto, que estabeleça, em seu Regimento Interno, a conciliação entre as atividades parlamentares e constituintes.

O Líder Humberto Lucena

anunciou que, com o conhecimento do Presidente Sarney, vai realizar uma consulta entre os 24 Senadores eleitos em 1982 sobre a melhor saída para a sua situação. Eles poderão ser automaticamente incorporados à Constituinte por emenda constitucional ou através de plebiscito. Na segunda hipótese, há duas alternativas: nas eleições de 1986, os eleitores responderiam se querem a transferência do poder constituinte ao Senador eleito em seu Estado em 1982 ou, em geral, a todos os Senadores eleitos naquele ano. Lucena disse que a intenção de Sarney é deixar que o próprio Congresso resolvesse a questão, através de emenda aditiva à proposta do Governo.

Por sua vez, o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, disse que a emenda do Governo sobre a Constituinte será "enxuta, seca e objetiva", já que será transferida à Assembleia a decisão de "tudo o que for possível".

O GLOBO — 5 JUN 1985 Constituinte e tema de novela

RECIFE — O escritor e sociólogo Gilberto Freyre, constituinte em 1946, aos 85 anos de idade, estreia em uma novela de rádio. Ele é um dos participantes especiais na radionovela "Povo raça Brasil", produzida pelo Centro de Comunicação do Nordeste (Cecosne), ligado às irmãs Dorotéias, que inicia, dessa forma, uma campanha de popularização da próxima Assembleia Nacional Constituinte. A novela, que será levada ao ar em nove emissoras do Nordeste pertencentes à CNBB, em seis capítulos, reproduz discussões sobre a Constituinte dentro de uma família de classe média.

Brossard acha a convocação fácil

O ex-Senador Paulo Brossard disse ontem em entrevista na Escola Superior de Guerra que "basta um pouquinho de juízo e de colaboração da classe política para se chegar em seis minutos a uma solução para a questão da convocação da Constituinte." Ele entende que a Constituinte pode ser convocada pelo Executivo através de emenda constitucional, e não vê qualquer inconveniente na formação de uma comissão para elaborar um anteprojeto de Constituição pois os Parlamentares terão toda liberdade para aceitar ou rejeitar as contribuições que lhe serão apresentadas.

Fernando Henrique impõe condições

BRASÍLIA — O Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem que não aceitará participar da Comissão da Constituinte se ela for composta de forma restritiva, sem incluir representantes de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Ele fez essa declaração ao ser interrogado sobre a informação de que haveria uma tendência a restringir-se apenas a juristas a participação na comissão. Fernando Henrique garantiu, porém, que nas conversas de que já participou sobre o assunto, tanto com o jurista Afonso Arinos quanto com o Presidente José Sarney, a idéia nunca lhe foi apresentada.